

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/344399590>

A Ação Pública: um outro olhar sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas / Public Action: another look at State, Society and public policy

Article · August 2018

DOI: 10.11606/issn.2237-1095.v8p194-204

CITATIONS

5

READS

280

1 author:



Alessandro Soares da Silva

University of São Paulo

99 PUBLICATIONS 352 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Psicologia Política da Ação Pública [View project](#)



Political Psychology [View project](#)



Resenha

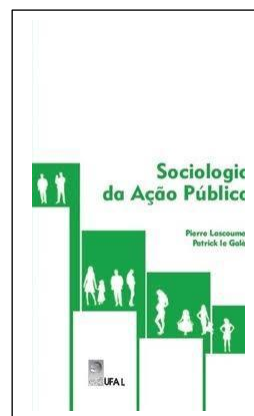
**A Ação Pública:
um outro olhar sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas**

*Public Action:
another look at State, Society and public policy*

*Acción Pública:
otra mirada al Estado, la sociedad y la políticas públicas*

*L'Action Publique:
un autre regard sur l'État, la société et les politiques publiques*

Obra: Sociologia da Ação Pública
Autores: Pierre Lascoumes e Patrick Le Galès
Cidade: Maceió
Editora: EdUFAL
Ano: 2012
Páginas: 244
ISBN-10: 8571777039
ISBN-13: 9788571777033



Alessandro Soares da Silva ¹

¹ Filósofo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil, mestre e doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, e Livre Docente em Economia, Gestão e Políticas Públicas na área de Sociedades Complexas, Multiculturalismo e Direitos pela Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Atualmente é Professor Associado 1, docente no Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Instituto de Psicologia, líder do Grupo de Estudos e pesquisas em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Antes de tudo, importa dizer àquelas pessoas que vierem a ler este pequeno livro de 244 páginas, traduzido e publicado pela editora universitária da Universidade Federal de Alagoas – EdUFAL –, que ele não realiza um modelo abstrato de ciência ou de fazer científico descolado da realidade cotidiana. Seu *modus operandi* é praxiológico e integra a ciência teórica e a ciência aplicada no esforço de interrogar-se criticamente a respeito dos sentidos e possibilidades de fazer da ação pública, de seus instrumentos (Lascoumes & Le Galès, 2001; Lascoumes & Simard, 2011).

A obra *Sociologia da Ação Pública* se inscreve numa outra tradição da análise e compreensão das políticas públicas, esta pouco conhecida no Brasil e, portanto, menos ensinada nos cursos de administração pública e de gestão pública em todas as suas variantes (Jobert & Muller, 1987; Thöenig, 1997, 2005; Massadier, 2003). Este já seria motivo suficiente para a proposição de uma resenha da obra da lavra de Pierre Lascoumes e Patrick Le Galès publicada originalmente em francês no Brasil em 2012.

Os autores pretenderam oferecer aos leitores um livro didático capaz de aproximar ao campo da *Ação Pública* a qualquer pessoa que busque outra maneira de ver e lidar com os problemas sociais entendidos como de caráter público e que são objeto do que tradicionalmente se chama de Políticas Públicas. Desde que Harold Lasswell (1984[1936], 1951) cunhou um dos conceitos mais conhecidos de Políticas Públicas, tem-se concentrado nas mãos dos agentes estatais a ideia e o poder de pensar, formular, implementar e

avaliar políticas públicas. Mas o próprio Lasswell apontava para outro caminho, visto que ele fora o autor do conceito de ação pública. A proposta da ação pública, portanto, produz um giro ontológico na compreensão que seja políticas públicas na atualidade e qual seja seu devido lugar na dinâmica social e política das relações humanas.

A partir de uma síntese do que é uma política pública e de como transformá-las os autores apresentam as bases de sua *Sociologia da Ação Pública* a qual entendem como sendo uma ciência aplicada que não se reduz a descrever processos e práticas, mas procura construir novos sentidos em trono à superação dos problemas públicos ao incidir de maneira mais efetiva na governança social.

Ao destacarem, logo no início, o fato de as políticas públicas serem uma constante onnipresente na vida humana e nas dinâmicas sociais eles evidenciam, por um lado, a centralidade persistente do Estado na solução dos problemas públicos e, por outro, a presença crescente de dos diferentes grupos de pressão existentes na sociedade. Não por acaso a ação de autoridades públicas guardam uma identidade ou mesmo se convertem sinônimo de políticas públicas. A ação política de um agente público se dirige à intervenção com o fim enfrentar os desafios próprios de problemáticas que se tornam de interesse público. Entretanto a inovação da abordagem está na clareza demonstrada por Lascoumes e Le Galès de que as políticas públicas não se restringem ao enfrentamento circunstancial de uma questão problemática.

É preciso problematizar as questões que povoam a agenda pública. Ao avançarem no tema os autores percebem e defendem a ideia de que a ação pública conforma uma ação coletiva que contém a capacidade criativa de gerar uma ordem social reguladora de tensões, propícia à negociação, resolução de conflitos, a tomada de decisão e a potencialização da coesão social decorrente dos efeitos advindos das melhoras da qualidade das relações sociais e da própria governança.

Nessa perspectiva, as políticas públicas deixam de ter um fim em si mesmas e passam a ser pontes para a resolução das questões coletivas, tornam-se instrumentos da ação pública no processo de transformar a realidade social e a própria democracia. A democracia, inclusive, é o fundamento da ação pública e o pressuposto de mudanças sociais profícuas que *resolubilizam* problemas a partir do reconhecimento das capacidades e competências de múltiplos atores que estão envolvidos e implicados neles (Lascoumes & Le Galès, 2007; Costa & Silva, 2012).

A partir das experiências do espaço comunitário Europeu, Lascoumes e Le Galès pontuam que houve mudanças tanto no modo de agir (público) estatal/governamental quanto naqueles que se desprendem dos contextos social, cultural, político e institucional, o que se verificaria por meio de níveis de uma escala de institucionalidade de três cortes: ascendente, descendente e transversal. Esses níveis podem ser resultantes a. do processo de integração Europeu (ascendente), b. do processo de desenvolvimento regional e territorial (descendente) e c. das alianças transfronteiriças (transversal).

Não cabem dúvidas de que a ideia de ação pública defendida pelos autores parte originalmente da ideia de política pública. Esta, por sua vez, se altera e ganha outros contornos e passa a ser um meio em um processo maior e mais complexo de compreensão da realidade social e política. O lugar das políticas públicas na ação pública está estreitamente associado ao de governança, pois são instrumentos de promoção de mudança social. Esse esquema de pensamento rompe com a perspectiva *estadocêntrica* convencional e unipolar (mesmo quando novos atores são incorporados como auxiliares no chamado ciclo das políticas públicas) e inaugura um modo de agir multipolar no qual o estado é um ator, destacado, mas um ator que necessita integrar-se a uma rede de atores diversos e que tem como desafio gerar vínculos para superar as questões que os aproximaram. Estado e movimentos sociais se articulam, interagem e até mesmo integram com vistas a superar problemas públicos e a realizar um fazer ético que realiza o bem comum (Silva, 2009) e reconfigura as relações de poder.

Na ótica da ação pública, o Estado não só perde poder, mas este passa a ser compartilhado com os atores imbricados dos problemas públicos a serem superados. Verifica-se que a ação pública é uma forma de compreensão de dinâmicas sociais até então cindidas e que passam a ser integradas: passa-se de um olhar binário – Estado e sociedade –, para um olhar integrativo e multidimensional – Estado-Sociedade. A ação pública conduz aos leitores a perceber as vantagens da ampliação pluralista de atores e força o reconhecimento de que, sem eles, os problemas públicos são reduzidos aos limites das capacidades estatais quando, na

realidade, são maiores e mais complexos, necessitando da força resultante da convergência de atores entre os quais o Estado/governo figura. Sem esta nova força nem se pode perceber a extensão dos problemas em tela e nem se pode produzir as adequadas soluções para seu equacionamento.

Destarte, fica patente que a ação pública é processual, relacional, movimentam, significam e ressignificam os papéis dos múltiplos atores e sustenta-se (e depende) de um agir em rede, no qual o reconhecimento de todos por todos é uma condicionante, e por redes, visto que a coordenação das políticas públicas potencializam sua força e poder de incidir na realidade quando coordenados.

Desde as primeiras páginas do livro Lascoumes e Le Galès afirmam não possuir uma *ontologia própria*, mas sim propor um campo que parte de um posicionamento sociológico sobre a ação pública para alcançar um fazer interdisciplinar que reposicionam as políticas públicas e os atores nelas envolvidos. Entretanto, a nosso ver, mesmo os autores explicitando que conceitos e métodos de análise da ação pública não têm se relacionam com alguma epistemologia particular, mas está fundamentado a partir dos grandes eixos do pensamento em ciências sociais, antevemos sim uma *ontologia da ação pública* que pede por estudos e aprofundamento e que já está sendo construída a partir de outros esforços como os realizados por Jean-Claude Thoenig (2005).

Esta posição dos autores está em consonância com uma postura didática e pedagógica não prepotente e efetivamente aberta ao pensamento múltiplo e ao dissenso como parte da vida social e

política (Rancière, 2010). Todavia, este desenvolvimento epistêmico é fundamental ou poderia converter-se num limitador permanente de pesquisas mais efetivas e eficazes para a promoção de mudanças sociais efetivas (Silva, 2018; Silva, Mello-Théry & Romero, 2018). Há que se dizer que na contramão dos autores muitos são os estudos que se pautam na proposição da obra *Sociologia da Ação Pública* e na lógica da governança por instrumentos. A tradução ao português é um passo importante para a difusão e o desenvolvimento de uma concepção ontológica e epistemológica da ação pública maior e pautada pela perspectiva da interdisciplinaridade.

No instante em que Lascoumes e Le Galès retomam a ideia de Lasswell (1984[1936]) sobre ação pública parecem desejar retornar ao ponto de origem que faz das políticas públicas um elemento da ação pública e não o contrário como defendem as visões hegemônicas das políticas públicas. Um ponto interessante sobre Lasswell é que este atua como um elo entre a sociologia de Lascoumes e Le Galès e a Psicologia Política como “*Sciência do Governo*” proposta por Le Bon em 1910 (p. 6) e ancorada numa Psicologia Política já presente n’O Príncipe (1513) e em Mandrágora (1518) de Nicolau Maquiavel.

Enquanto Harold Lasswell escreve “Política: quem ganha o que, quando, como” em 1936 (1984), Gustave Le Bon já havia afirmado que “A mais importante das regras do governo dos homens são relativas à ação.” E imediatamente lançava a pergunta “Quando, como e em que limite se deve agir?” sendo que para ele “A resposta a essa interrogação constitui inteiramente a arte da política.” (1921:4). As questões levantadas por cada

autor se imbricam e inter-relacionam e se encontram no campo (aberto) da interdisciplinaridade inspirados pelo pensamento maquiaveliano (e não maquiavélico).

Estas conexões, que não estão no livro, são pertinentes no instante em que a ampliação de autores e das complexidades das problemáticas, a relevância da construção de vínculos entre os mesmos e a imperiosa necessidade de uma governança capaz de atender as necessidades de todos e que se mostre útil está igualmente presente nos quatro momentos históricos representados por esses autores e campos. E Lasswell conecta como autor e pensador a Psicologia Política, a Políticas Públicas e a Ação Pública com a Sociologia presente na presente obra, pois escreveu sobre todas elas de maneira direta e transversal.

Lascoumes e Le Galès (2012) entendem, como Lasswell (1936), que as políticas públicas se desprendem e estão contidas numa “ciência da ação”, que possibilita a emergência e consolidação de governo sustentável, que surge desde o olhar deste sobre si mesmo e a sociedade e com vistas a “governar utilmente”, como diria Le Bon (1910:3-4). A perspectiva trabalhada na ação pública, a partir da ótica da presente obra, abre caminhos para que se possa desenvolver outras leituras e conexões de saberes como já se observa em trabalhos produzidos, por exemplo, na Geografia, na Administração e na Psicologia Política (Mello-Théry, 2011ab; Andrade e Valadão, 2017; Silva, 2012, 2018).

Um breve exame da estrutura da obra Sociologia da Ação Pública mostra, no primeiro capítulo, o que é, para os autores, o “modelo de análise da ação pública” e os

modos de proceder no estudo das variáveis-chaves que permita a análise de cada uma e de suas interações (pp. 45-46). O modelo se sustenta em cinco variáveis armadas como um pentágono e que são articuladas e interagem exercendo força umas sobre as outras segundo as dinâmicas do problema público q ser equacionado. São elas: atores, representações, processos, resultados e instituições. Deste esquema pentagonal fica claro que a ação pública resulta da articulação entre a *transformação da sociedade* e a *regulação política*, pretende como resultado auxiliar na resposta à questão de como é governada a sociedade? (pp. 47-48).

De fato, os autores desvelam as tensões existentes entre abordagens politológicas que privilegiam o papel do Estado e as elites e as sociológicas que, a partir das leituras das ações coletivas, buscam demonstrar os descompassos das políticas públicas e as necessidades reais das populações afetadas pelos diferentes problemas públicos. A leitura da ação pública que Lascoumes e Le Galès nos brindam procura aproximar esses dois pontos de vistas de modo a resultar em uma síntese maior que a soma das partes, apresentando uma crítica construtiva aos modelos de análises de políticas públicas centrados ou na lógica *top-down* ou na lógica *botton-up*.

Ainda assim, vale ressaltar que a tendência da perspectiva da ação pública aponta muito mais ao ultimo modelo, pois ao incorporar novos atores e diluir a centralidade do Estado a ação pública gera um processo de intervenção na realidade social que não pode funcionar quando realizado de cima para baixo. Para garantir a boa governança e enfrentar os problemas próprios da governança *policêntrica* como

a que estrutura a União Europeia e afeta os Estados nacionais os autores propõem a ideia de governança como um processo de coordenação de atos, de grupos sociais, de instituições para alcançar objetivos discutidos e definidos coletivamente e que consolidam os processos democráticos e a própria democracia. Destarte, a opção mais adequada para investigar na perspectiva da ação pública seria aquelas que acolham as dimensões multiatores e multifocal (pp. 63-64).

Nos capítulos II e III Lascoumes e Le Galès buscam responder a pergunta de “como mudam as políticas públicas” com as quais encerram o primeiro capítulo. Partindo da literatura disponível eles se discutem as duas vertentes hegemônicas de análise de políticas públicas e que estão contidas criticamente na proposta de ação pública que apresentam. A princípio, analisam os processos de “implementação de políticas pública” que se considera estratégico para o bom resultado da política em foco. Em seguida, a partir do enfoque *Top-Down* buscam desconstruir a ideia de interesse geral que justifica ações que geram colateralmente desigualdades. Ao fazê-lo dessa maneira, eles preservam o debate e a implementação do Estado de bem-estar europeu.

E este é o gancho para trazerem à baila a questão dos chamados *problemas públicos* e seu lugar na Agenda Pública. Como a ideia de ação perpassa a sociologia proposta por estes autores, o lugar dos fatos sociais e de seus desdobramentos no âmbito das lutas políticas, sociais e econômicas travadas entre os diferentes grupos sociais fazem da conquista do espaço na agenda pública um desafio que incide diretamente na possibilidade de transformação e social e de consolidação

da democracia. Nesse sentido, enquanto alguns entendem que esse caminha refere-se à conversão de um problema público em um político mediante à força do agir dos atores envolvidos, pensamos que as demandas já são de natureza política e a disputa e o conflito e pela admissão enquanto uma questão pública, ou seja, que passa a fazer parte daquelas que merecem a atenção urgente dos atores que podem incidir sobre ela, em especial o Estado que detém certos recursos, inclusive econômicos, para atuar e possibilitar as mudanças sociais necessárias (Silva, Mello-Théry & Romero, 2018; Thöenig, 2005; Lascoumes & Le Galès, 2007).

A competição e o conflito, o dissenso e a falta de reconhecimento do outro podem ser a base que mantém acionadas as barreiras que dificultam a ação pública transformadora: a agência dos interesses de cada grupo precisa, como desafio, ser superada. Quem sabe, nesse sentido a emergência de uma Psicologia Política da Ação Pública, sobre tudo para aprofundar os elementos relativos à geração de vínculos e às emoções que incidem no processo vivido pelos atores à hora de “nomear, culpar e reivindicar” os direitos que julgam legítimos e são fonte ora de conflitos e dissensos ora de aproximações consensos (Massadier, 2003; Silva, 2009, 2012, 2018).

No capítulo V o foco são as políticas públicas como uma forma de ação coletiva inscrita na lógica da ação pública, a qual se centra em contexto institucional, normativo e instrumental. Essa tríade determina a condição do agir e é fundamental para que se possa entender o lugar de onde cada ator age. Essa clareza permite perceber que a capacidade de ação

de cada ator está condicionada a essa realidade e, portanto, sua liberdade de ação. Lascoumes e Le Galès não apenas revisam as contribuições das teorias institucionalistas e a função das tecnologias ou sistemas sócio-técnicos de governo, visto entenderem que “os instrumentos técnicos impõem formas automatizadas e despolitizadas de poder.” (p. 212), mas fazer proposições críticas aplicadas a partir das experiências conhecidas de ação pública.

Frente a isso, eles partem para a proposição crítica que reposicionam as políticas públicas desde o olhar dos instrumentos disponíveis a esses atores para a promoção da mudança. Destacam seu caráter social e políticos para a análise social e a impossibilidade de uma ausência de posicionamento ou de adesão a qualquer forma de neutralidade, pois “Os instrumentos de ação são portadores de valores, alimentam-se de uma interpretação do social e de concepções precisas do modo de regulação esperado. O instrumento é também produtor de uma representação específica do desafio que ele enfrenta” (p. 201). Indubitavelmente “a ação pública é um sistema de ordem negociada” (p. 211) e qualquer possibilidade de se pensar em uma racionalidade asséptica das políticas públicas é ilusória e asseveram dizendo que “O cemitério de ilusões dos procedimentos totalizantes da racionalização da ação pública está particularmente encoberto” (p. 206).

No fechamento do livro, Lascoumes e Le Galès refletem acerca do modo como a ação pública pode se expandir, incrementar e reconfigurar. Para responder a essas indagações eles armam três possibilidades de expansão da ação

pública. A primeira possibilidade destaca o fato de os problemas públicos terem se multiplicado e se convertido em um difusor da necessidade de um incremento da ação pública. A segunda refere-se ao fato de os atores e aos espaços de ação também ampliaram e seguem ampliando. A terceira faz menção ao fato de as técnicas de intervenção da ação pública se ter diversificado muito. Dessa realidade se desprende uma nova maneira de se pensar os desafios da vida em sociedade, as relações entre sociedades civil e política, entre os múltiplos atores governamentais e movimentos sociais presentes na sociedade hodierna.

Sendo a ação pública um sistema de ordem negociado motivada e mobilizada pela mudança, pela transformação social a emergência de uma “*sociologia política da ação*” é, em primeiro lugar, uma forma de refletir sobre as novas configurações entre o Estado e a sociedade civil, entre uma (ou várias) autoridade pública e as múltiplas formas de mobilização dos atores sociais que se esforçam para organizar e para promover seus interesses simbólicos e materiais” (p. 212).

Sociologia da ação pública é uma obra sólida e concisa, capaz de gerar ponderações relevantes tanto em iniciantes como em iniciados, pois tem a capacidade de construir e desconstruir certezas dando movimento e fluidez ao pensamento e ao modo como pensamos a vida em sociedade. Mas sendo ela uma obra que nasce a partir das experiências de povos que vivem do outro lado do atlântico restam as perguntas: Será que essa maneira de ver a realidade nos serve ou seria uma nova forma de colonialidade eurocêntrica? Seriam suas proposições

compatíveis com a vida e mundo latino-americano?

Como leitores, como sujeitos que partilham dessa latinidade lusófona irmanada com a face hispânica da região e como estudiosos dedicados aos fenômenos coletivos e suas interfaces com o Estado narramos nossas experiências – uma das funções de uma resenha é partilhar o sensível fruto da leitura e as inquietações nascidas dessa aventura que é ler – acerca do livro objeto da resenha. Certamente, ele é um olhar localizado (Europa), culturalmente territorializado (França/Europa) e simbolicamente institucionalizado (União Europeia em seus níveis nacionais e supranacionais) (Raffestin, 1996). Ao mesmo tempo, ele abre uma janela de oportunidades de pensarmos nossas próprias realidades e particularidades transformando e contribuindo para a produção de uma ontologia e uma episteme global/local e interdisciplinar acerca do que significa falar/fazer *Ação Pública*.

A nosso ver, a ação pública sempre foi parte dos processos políticos que conformam a realidade latino-americana. Não se trata de estabelecer paralelismos entre nós e os europeus para garantir similitudes artificiais que permita-nos caber nas formas que previamente nos ofereceriam (como num passado distante para nós e não tão distante para eles). Não se trata de ‘validar’ a ação pública europeia, pois somos diferentes e com outras possibilidades de organizar a vida e de existir que são singulares. Se olharmos para o interior da América Latina em questão de segundos nos damos conta de que, inclusive, essa não seria uma possibilidade entre nós latino-americanos. Os países latino-americanos apresentam

variações profundas nos âmbitos social, cultural, político, institucional e organizacional estatal.

Alguns países são demasiadamente centralizadores e concentram muito as capacidades decisórias e de poder enquanto outros têm grandes dificuldades de integração nacional e territorial. Enquanto Europa busca aprofundar sua integração e a cada dia se fortalece a ideia de um sujeito antes de tudo europeu – para o desespero das bandas nacionalistas conservadoras e fascistas – o cainho da integração subcontinental caminha a passos lentos e frágeis como bem se pode ver pelas tentativas do Mercosul, por exemplo. Essas diferenças certamente fazem da ação pública realizada na América Latina outra coisa, mas também faz dela algo que comunga com as experiências de lá de ultramar.

As formas de/da ação pública são metamórficas, pois, como cantava Mercedes Sosa, “Todo Cambia” (Julio Numhauser, 1982). A governança no interior da América Latina é plural e heterogênea. Os problemas públicos são diferentes e os desafios da ação pública, por conseguinte, são maiores dadas às desigualdades que afligem a região. Essas peculiaridades regionais impõem à ação pública do Estado e dos demais agentes sociais buscarem outros caminhos, outros saberes e outras soluções criativas para superar as barreiras que nos separam em nível regional, mas também nacional e subnacional. E esses desafios podem – e chegam – no íntimo de cada sujeito que, em última análise, também precisa acolher a mudança que começa nele mesmo. Sem esta não se pode mudar as instituições, visto que elas estão, antes de tudo, nós (Mead, 1932).

Em síntese, parece-nos desafiador centrar na construção da ação pública "de baixo para cima". E dizer de baixo para cima significa uma imensidão de possibilidades que encontram sentidos e coerências em determinados momentos e outras tantas vezes se revelam absolutamente incoerentes. Os conflitos e negociações, os interesses antagônicos dos atores (Silva, 2007) as formas pelas quais os atores se apropriam, rejeitam, resistem e modificam tentativas de edificação de ação pública, são experiências relevantes para o avanço dessa maneira de promover a transformação social e não pode ser reduzida a meros cálculos de custo benefício.

Há uma imensa proliferação de diferentes modelos e formas de intervenção no campo da ação pública: surgem, a cada instante, arranjos novos, precários, criativos com vista à *resolubilizar* um problema público. Estes arranjos são novos porque únicos. Entender como são criados ou desmantelados, como obtêm êxito ou naufragam em um mar revoltoso são possibilidades desafiadoras para o desenvolvimento teórico e aplicado da ação pública e desvela toda a sua complexidade.

Quem sabe via ação pública seja nossa vez de transformar e ensinar compartilhando o que nosso mundo nos possibilitou e desafiou. Quem sabe por esses motivos Lascombes e Le Galès encerram sua obra com a seguinte pergunta: "Os atores da ação pública são cada vez mais numerosos, eles ganham muita autonomia, mas possuem outras opções?" (p. 218). Sem o conforto de uma teoria unificadora e consolidada a perspectiva da ação pública convida a

enfrentar outros horizontes e a desenvolver novas formas de agir que permitam fazer deste mundo *um outro mundo possível* (Sguissardi, 2001).

Referências Bibliográficas

- Andrade, Jackeline Amantino de, & Valadão, José de Arimatéia Dias. (2017). Análise da instrumentação da ação pública a partir da teoria do ator-rede: tecnologia social e a educação no campo em Rondônia. *Revista de Administração Pública*, 51(3), 407-430. Acessado em 25 de fevereiro de 2018, de: <https://doi.org/10.1590/0034-7612153318>
- Costa, Guilherme B., & Silva, Alessandro Soares da. (2012). A Democracia e os Desafios da Participação Política. Em Almeida, Marco B. de; Silva, Alessandro S. da; Corrêa, Felipe. (Org.). *Psicologia Política: Debates e embates de um campo interdisciplinar*. (149-176). São Paulo: Ed. EACH. Acessado em 01 de fevereiro de 2018, de: https://www.researchgate.net/publication/344101795_A_Democracia_no_Brasil_e_os_Desafios_da_Participacao_Politica
- Jobert, Bruno., & Muller, Pierre. (1987). *L'Etat en action : Politique publiques et corporatismes*. Presses Universitaires de France. Acessado em 01 de março de 2018, de: https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00137940/file/B_Jobert_L_Etat_en_action.pdf

- Lascoumes, Pierre., & Le Galès, Patrick. (2007). Introduction: understanding public policy through its instruments. *Governance*, 20(1), 1-21. Acessado em 01 de fevereiro de 2018, de: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1468-0491.2007.00342.x>
- Lascoumes, Pierre., & Le Galès, Patrick. (2012). *Sociologia da ação pública*. Maceió: Editora da Ufal.
- Lascoumes, Pierre., & Simard, Louis. (2011). L'action publique au prisme de ses instruments: introduction. *Revue Française de Science Politique*, 61(1), 5-22. Acessado em 01 de março de 2018, de: <https://www.cairn.info/revue-francaise-de-science-politique-2011-1-page-5.htm>
- Lasswell, Harold. (1984). *Política: quem ganha o que, quando, como*. Brasília: EdUnB. (Originalmente publicado em 1936).
- Lasswell, Harold. (1951). The policy orientation. Em Lerner, Daniel., & Lasswell, Harold. (Ed.). *The policy science*. (102-120). Stanford: Stanford Univerty Press.
- Le Bon, Gustave. (1910). *Psychologie Politique et Défense Social*. Paris: Flammarion. Acessado em 01 de fevereiro de 2018, de: <http://www.each.usp.br/gpsipolim/1910LeBon.pdf>
- Massardier Giles. (2003). *Politiques et action publiques*. Paris: Armand Colin.
- Mead, George. (1973). *Espiritú, Persona y Sociedad: Desde el punto de vista del conductismo social*. Buenos Aire/Barcelona: Paidós Ibérica. Acessado em 11 de março de 2018, de: https://www.academia.edu/11620336/1Mead_Espi_ritu_persona_y_sociedad_23_166_1
- Mello-Théry, Neli Ap. (2011a). Política (e ação) pública, território e o papel da geografia. *Revista da ANPEGE*, 7(1), 11-19. Acessado em 25 de fevereiro de 2018, de: <http://dx.doi.org/10.5418/RA2011.0701.0002>
- Mello-Théry, Neli Ap. (2011b). Meio ambiente, globalização e políticas públicas. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 1(1). Acessado em 25 de fevereiro de 2018, de: <http://www.revistas.usp.br/rgpp/artic/e/view/97828>
- Numhauser, Julio. (1982). *Todo Cambia*. Acessado em 12 de março de 2018, de: https://es.wikipedia.org/wiki/Julio_Nu_mhauser
- Raffestin, Claude. (1993). *Por uma Geografia do. Poder*. São. Paulo (SP): Ática. Acessado em 02 de março de 2018, de: [http://www2.fct.unesp.br/docentes/ge/o/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/CLAUDE%20REFFESTIN/RAFFESTIN.%20Claude%20-%20Por%20uma%20Geografia%20do%20Poder\(3\).pdf](http://www2.fct.unesp.br/docentes/ge/o/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/CLAUDE%20REFFESTIN/RAFFESTIN.%20Claude%20-%20Por%20uma%20Geografia%20do%20Poder(3).pdf)
- Rancière, Jacques. (2010). *El Desacuerdo: Política y Filosofía*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Sguissardi, Valdemar. (2001). Fórum Social Mundial: um outro mundo é possível. *Educação & Sociedade*, 22 (75), 291-294. Acessado em 05 de março de 2018, de: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302001000200014>
- Silva, Alessandro Soares da., de Mello-Théry, Neli Ap., & Carlos Romero, Juan. (2018). Reflexiones acerca del cambio

- social y participación política como campo interdisciplinar de producción del saber. *Revista de Investigacion Psicologica*, (20), 83-96. Acessado em 25 de fevereiro de 2018, de: http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2223-30322018000200007&lng=es&tlng=es
- Silva, Alessandro Soares da. (2007). A Identificação de Adversários, de Sentimentos Antagônicos e de (In)Eficácia Política na formação da Consciência Política no MST. Paulista. *Estudos e Pesquisa em Psicologia*, 7(1), 105-126. Acessado em 29 de abril de 2017, de: <http://www.revispsi.uerj.br/v7n1/artigos/pdf/v7n1a10.pdf>
- Silva, Alessandro Soares da. (2009). As Contribuições dos Movimentos Sociais para a Desprivatização da Ética na Perspectiva da Psicologia Política. Em Sarti, Flávia. & Santos, Gislene Ap. (Org.). *Ética, Pesquisa e Políticas Públicas*. (37-58). São Paulo: Rubio. Acessado em 12 de março de 2018, de: https://www.researchgate.net/publication/344041671_Contribuicoes_dos_Movimentos_Sociais_para_a_Desprivatizacao_da_Etica_na_perspectiva_da_Psicologia_Politica
- Silva, Alessandro Soares da. (2012). Psicologia Política, Políticas Públicas e Movimentos Sociais. Tese de Livre docência. Universidade de São Paulo.
- Silva, Alessandro Soares da. (2018). Um Esboço do que poderia ser a Psicologia Política da Ação Pública. Cadernos da ANPEPP, GT 62 Psicologia Política. Acessado em 25 de fevereiro de 2018, de: https://www.researchgate.net/publication/344134091_Um_Esboco_do_que_poderia_ser_a_Psicologia_Politica_da_Acao_Publica
- Thöenig, Jean-Claude (1997). "Política pública y acción pública", en *Gestión y Política Pública*, 6(1), 19-37. Acessado em 29 de abril de 2017, de: http://repositorio-digital.cide.edu/bitstream/handle/11651/3185/TJ_Vol.6_No.1_1sem.pdf?sequence=1
- Thöenig, Jean-Claude (2005) "Pour une épistémologie des recherches sur l'action publique". Em Filâtre, Daniel & de Terssac, Gilbert. *Les dynamiques intermédiaires au coeur de l'action publique*, Octarès, 285-306. Acessado em 29 de abril de 2017, de: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00140212/document>

Recebido em 14/05/2018.

Revisado em 23/05/2018.

Aceito em 25/06/2018.